



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MURILO VELOSO DE MORAIS

**O PLANO COLLOR I NAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMMERCIO E DO
DIÁRIO DE PERNAMBUCO**

RECIFE
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M828p

Morais, Murilo Veloso de

O Plano Collor I nas páginas do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco / Murilo Veloso de Moraes.
2022.

42 f.

Orientadora: Marcilia Gama Filho.

Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,
Recife, 2022.

1. Plano Collor. 2. Diário de Pernambuco. 3. Jornal do Commercio. 4. Inflação. 5. Pernambuco 1990. I. Filho,
Marcilia Gama, orient. II. Título

CDD 909

MURILO VELOSO DE MORAIS

**O PLANO COLLOR I NAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMMERCIO E DO
DIÁRIO DE PERNAMBUCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Marcília Gama da Silva.

RECIFE
2022

MURILO VELOSO DE MORAIS

**O PLANO COLLOR I NAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMMERCIO E DO
DIÁRIO DE PERNAMBUCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Recife, 18 de maio de 2022

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Marcília Gama da Silva

Professor Dr. Humberto da Silva Miranda

Professora Dr^a Élcia de Torres Bandeira

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar, à minha família, meus pais, Aderbal (*in memoriam*) e Selma, o primeiro por ter me educado, pelo exemplo, no amor à leitura e minha mãe por ter me ensinado como é bela a História, além dos demais ensinamentos do cotidiano. À minha esposa Zezé e meus filhos Karina, Andréa, Diana e Júnior, que me ajudam a me reconstruir, que me incentivam, que me perdoam em minhas falhas, que vibram com cada conquista minha e me dão força. Aos meus irmãos pelo apoio em todos os momentos da minha jornada de vida.

Aos meus mestres, desde o primeiro, no início da minha jornada educacional lá no interior da minha Pedra Azul, nos sertões de Minas Gerais, aos que proporcionaram minha formação em Licenciatura em História.

À minha orientadora Marcília Gama, pela inspiração e exemplo, pelo compromisso e paciência, principalmente porque tive um forte bloqueio produtivo durante a pandemia de Covid-19, obrigado, de coração, por toda a orientação e conselhos, que carregarei comigo por toda a vida.

Aos meus colegas, principalmente aqueles que conviveram mais de perto e com os quais dividimos todos os aperreios, alegrias e aprendizados, Amanda e Júlio, parceiros em tudo, Thais, Elton, Emanuel, Mateus, Vivian, Flaviane, Allana, Jonas, Jaci e Diomedes, que chegou depois e trouxe mais luz. A todos que passaram por nossa turma 2016.1. Saudades de nossas conversas nos jantares no RU. Quero agradecer especialmente a João e Jéssica, que conseguiram que eu voltasse a produzir.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, possibilitaram o meu ingresso na academia aos meus sessenta anos, para realizar o sonho de cursar Licenciatura em História e me re-energizar para muitos outros anos de vida produtiva.

“Memória é uma coisa lôca
que nos emprenha pelos óio,
pelas urêia e pela bôca.”

Poesia popular de domínio público

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
O PLANO COLLOR I NAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMMERCIO E DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO	7
INTRODUÇÃO	9
Entre Procedimentos Metodológicos e Análises dos Discursos: Os Jornais como Fontes Históricas	13
A Quem Interessa? Os colunistas do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio em 1990	15
Investigando os Jornais: O Plano Collor Impresso nas Páginas Pernambucanas	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28
ANEXO A – Lista de Figuras	30
ANEXO B – Regras da revista	36

APRESENTAÇÃO

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu em 2018, numa aula de Teoria da História, ministrada pela Prof.^a Giselda Brito Silva, a quem, desde já, agradeço muitíssimo. A professora estava indagando a cada aluno qual tema tinha escolhido para fazer o TCC, e por quê. Eu estava completamente indeciso entre vários temas e ela sugeriu que eu falasse sobre economia, que era uma área, em que, por razões profissionais, tenho um pouco de conhecimento.

O Plano Collor na imprensa pernambucana, e o recorte temporal de 1990, foram escolhidos por eu ter vivido aquele momento histórico e participado dos acontecimentos. Fui impelido a isso devido a minha profissão: sou bancário aposentado. Por falta de tempo, não tive a possibilidade de acompanhar como a imprensa relatou a implantação e as repercussões do plano. Quando pesquisei e não encontrei nenhum trabalho histórico sobre o tema tendo os jornais como fonte primária, visualizei a possibilidade de dar uma contribuição inédita para a ciência histórica. O principal objetivo era observar como os dois (02) principais jornais do estado haviam relatado o Plano Collor, se havia diferença no relato, quem escrevia, por que escrevia, por quem falava, etc. A indicação das Professoras Capelato e De Luca de fazer o levantamento em uma série cronológica, estabelecendo um recorte temporal, nos fez perceber que a forma de escrever é uma política de cada publicação, aspectos que não observamos na leitura diária emergem de forma cristalina com esse método. Em nossa pesquisa observamos a diferença do discurso entre os dois (02) principais jornais pernambucanos: Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Constatamos, também, que um disponibiliza múltiplas opiniões de seus colaboradores, enquanto o outro, não permite divergência interna de opinião em suas edições. Percebemos que um, historicamente, quase sempre está aliado a quem esteja no poder, enquanto o outro critica aquilo que afeta negativamente a classe que representa. É a partir disso que achamos importante nossa pesquisa e trabalho, principalmente pelo ineditismo, que abre possibilidades a serem exploradas dentro do mesmo tema.

De acordo com os normativos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a modalidade de artigo científico é aceita para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, por esse motivo, a escolhemos para a obtenção do título de licenciado em História. A padronização do artigo segue os requisitos de submissão exigidos pela Revista de História da Unicap. Esperamos, ao final do trabalho, contribuir para a pesquisa historiográfica, principalmente na identificação do comportamento de cada periódico e no porquê de suas escolhas, de suas manchetes, reportagens e imagens publicadas, possibilitando o desenvolvimento mais aprofundado de outros trabalhos.

O PLANO COLLOR I NAS PÁGINAS DO JORNAL DO COMMERCIO E DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Murilo Veloso de Moraes

RESUMO:

O presente estudo busca identificar os colunistas de economia do Diário de Pernambuco (DP) e do Jornal do Commercio (JC), no período entre 16 março de 1990 e 31 janeiro de 1991 e analisar as expressões dos colunistas e dos próprios veículos de comunicação impressos em relação ao Plano Collor, no recorte temporal estabelecido. Para tal, essa pesquisa apoia-se metodologicamente nos procedimentos de análise de periódicos, apresentados pelas autoras Maria Helena Capelato e Tânia de Luca. A pesquisa foi realizada através de um levantamento bibliográfico sobre o tema “Governo e Plano Collor” – e seu conjunto de Medidas Provisórias (MPs), que objetivava liquidar com a inflação, modernizar o país e dotá-lo de equilíbrio fiscal –, nas bases de dados Scielo.br, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e efetivada no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, onde acessamos os jornais fisicamente, dado que a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não possui as edições desses jornais da década de 1990 digitalizadas. A pesquisa demonstra que o Diário de Pernambuco opta por um alinhamento total ao governo Fernando Collor, inclusive adotando a política de construção de imagem heroica do Presidente eleito, atribuindo a ele as ações que consideravam positivas junto ao grande público, enquanto o Jornal do Commercio, apesar do apoio inicial em seu editorial, adota, através de seus colunistas, uma postura mais crítica aos atos e ações governamentais, pois ao longo do período pesquisado, o jornal foi se tornando tão crítico quanto seus colunistas.

Palavras-chave: Plano Collor; Diário de Pernambuco; Jornal do Commercio; inflação; Pernambuco 1990.

ABSTRACT:

The present study seeks to identify the economic columnists of Diário de Pernambuco (DP) and Jornal do Commercio (JC), in the period between March 16, 1990 and January 31, 1991; as well as to analyze the expressions of the columnists and of the printed communication vehicles themselves in relation to the Collor Plan, in the established time-frame. For this purpose, this research is methodologically supported by the procedures for analyzing journals, presented by the authors Maria Helena Capelato and Tânia de Luca. The research was carried out through a bibliographic survey on the theme "Government and Collor Plan" - and its set of Provisional Order, which aimed to liquidate inflation, as well as modernize the country and provide it with fiscal balance -, on the Scielo.br, Google Scholar and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations databases; and carried out in the Public Archive of the State of Pernambuco, where we physically access the newspapers, given that the Digital Newspaper Library of the National Library does not have the editions of these newspapers from the 1990s digitized. The research shows that the Diário de Pernambuco opts for a line of total alignment with the Fernando Collor government, including adopting the policy of building a heroic

image of the elected President, attributing to him the actions they considered positive with the general public, while Jornal do Commercio, despite initial support in its editorial, adopts, through its columnists, a more critical stance towards governmental acts and actions. Throughout the researched period the newspaper became as critical as its columnists.

Keywords: Collor Plan; Diário de Pernambuco; Jornal do Commercio; Inflation; Pernambuco 1990.

INTRODUÇÃO

Às 18 horas do dia 08 de março de 1990, a esposa do bancário o avisou que estava sentindo as dores do parto. Imediatamente, ele ligou para o seu chefe, informando que estava indo para Recife. Sua esposa iria dar à luz! Comunicou que tiraria os 5 dias de licença paternidade junto aos 20 dias de férias que já estavam previstos. Seu chefe lhe desejou felicidades e saúde para o bebê.

No dia seguinte, 09 de março de 1990, nasceu seu filho, com saúde e tranquilidade. Entretanto, logo pela manhã do dia 15 de março, uma quinta-feira, data da posse do presidente Fernando Collor de Mello¹, ele recebeu ligação de seu superior convocando-o para retornar ao trabalho em Garanhuns, uma vez que haviam chegado orientações da diretoria do banco para que todos os gerentes retornassem aos seus postos.

Na primeira reunião do grupo gerencial da agência, foi definido que, além das atividades de atendimento para clientes especiais já exercidas pelo bancário, ele também ficaria encarregado de algumas outras incumbências:

Quadro 1 – Atribuições extras do autor na reabertura dos bancos em função do plano Collor

1	Fazer resumo das novas decisões do Bacen e orientações do jurídico da CEF para orientação dos outros colegas gerentes;
2	Consultas, durante o dia, ao jurídico da superintendência;
3	Repassar orientações ao colega que solicitou a consulta e anotar para repasse, no resumo do dia seguinte, aos demais;
4	Contato com o Banco Central em Recife, para solicitação de dinheiro em espécie;
5	Receber, no aeroporto local, os recursos solicitados para a agência.

Fonte: o autor.

Algumas informações foram divulgadas logo após o discurso de posse de Fernando Collor: reforma administrativa com extinção de empresas públicas; colocação à venda de mais de 10.000 imóveis e de milhares de automóveis; demissão de milhares de funcionários públicos; e, para encerrar, um tarifaço, refletido no aumento de preços de combustíveis; tarifas

¹ Fernando Affonso Collor de Mello, nascido em 1949 no Rio de Janeiro, de família política Alagoana, seu avô foi ministro de Getúlio Vargas, e seu pai, senador. Ele foi deputado Federal, prefeito de Maceió, governador do Estado de Alagoas, eleito Presidente da República em 1989. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br. Acesso em: 12 jan. 2022. Segundo CPDOC/FGV – Durante a juventude, em Brasília, juntou-se com Paulo Otavio e Luiz Estevão, todos filhos de pessoas abastadas, que se tornariam figuras de destaque na política da cidade, ficaram conhecidos como “filhos do poder”, levavam uma vida de farras, exageros comportamentais, corridas ilegais de automóveis pelas ruas da Capital Federal e festas ruidosas. Disponível em: www.fgv.br/acervo/dicionarios/verbete-biografico/Collor-fernando, acessado em 02 mai. 2022.

postais; energia elétrica; serviços de telefonia; preço do etanol e do açúcar; e no congelamento de preços e salários.

Quando, no primeiro dia de trabalho no retorno, através das informações repassadas, o bancário recebeu oficialmente a confirmação do congelamento dos depósitos bancários, e que este alcançava todos os tipos de depósitos, inclusive da caderneta de poupança, reconheceu que a situação sairia do controle. Havia ali uma quebra de confiança, entre a sociedade civil e a União, entre o povo e nossa Constituição, e isso acarretaria uma corrida louca para a retirada de recursos das contas. Na data da reabertura das agências bancárias, a multidão na porta confirmou seus pensamentos. Todos queriam sacar seus recursos, ou obter informações sobre os valores bloqueados.

Na reunião entre os próprios gerentes, não havia unanimidade de entendimento sobre muitos dos itens das decisões da equipe econômica. Ligaram a televisão da sala de reunião para acompanhar a entrevista da equipe econômica, mas logo foi decidido que era melhor desligar. Teríamos que tomar decisões a partir do que estava escrito, e não do que estava sendo dito, dado que as falas dos ministros, e do presidente do Banco Central eram desconstruídas.

Mergulhado no caos diário, o bancário não conseguia acompanhar, por falta de tempo ou de ânimo, o que falavam os jornais, como a imprensa avaliava os acontecimentos. Esse bancário era eu! Tendo vivido no olho do furacão, e por não ter conseguido enxergar o que acontecia, de fato, na economia e na sociedade na época, e estimulado pela professora de Teoria da História a transformar essa angústia na base do meu trabalho de conclusão de curso, fui motivado a iniciar minhas pesquisas e escrever sobre como os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio refletiram aqueles acontecimentos.

No ano de 1989, o Brasil passava por uma grave crise econômica, que teve origem no governo autoritário militar. Em vista disso, Bresser-Pereira (2007) aponta que, naquele período (1964 a 1985), o país aumentou de forma exponencial sua dívida externa para financiar os projetos que os governos julgavam estruturantes, o que proporcionou uma sequência de forte crescimento econômico. Entretanto, Felipe Marineli (2017) aponta que esse crescimento não foi acompanhado de uma boa distribuição de renda, pois a “filosofia” dos governantes da época era refletida no discurso do principal economista do período, Antônio Delfim Netto², cuja ideia era: “deixar o bolo crescer, para depois repartir”, ou seja, deixar a

² Economista, professor universitário e político paulista, ocupou as funções de secretário de estado em São Paulo (1966), Ministro da fazenda (1967 a 1974), Ministro do Planejamento (1975 a 1985) durante o período da ditadura militar, deputado federal pelo estado de São Paulo por várias legislaturas em sequência desde 1987.

renda dos industriais e investidores crescer para depois adotar uma política de distribuição de renda. A conta dos empréstimos começou a chegar a partir do governo João Baptista Figueiredo³ (1979/85). Como o povo não aumentou sua capacidade de consumo, em virtude da distribuição de renda reprimida, não houve aumento de arrecadação, logo os recursos dos impostos não eram suficientes para pagar as contas. A crise se prolongou atingindo o governo subsequente, o de José Sarney, vice-presidente de Tancredo Neves, eleito indiretamente, que faleceu antes da posse.

De acordo com Carlos Eduardo Carvalho (2006), foram adotados, no governo de José Sarney⁴ – primeiro presidente civil após 21 anos de governos militares –, diversos planos econômicos (Quadro 3), tais como o Plano Cruzado I e II, o Plano Bresser e o Plano Verão. Um governo que, em virtude de fortes pressões políticas, e culturalmente avesso ao controle orçamentário, não conseguia reduzir os gastos públicos e seguir minimamente as indicações que o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabelecia nos acordos. Como consequência, os planos fracassaram e, por isso, tentava-se outro. Diante disso, no mês em que a faixa presidencial foi passada para Fernando Collor de Mello, conforme indica Francine Andozia (2019), a inflação mensal ultrapassou a casa dos 80%.

Assim que assumiu, Collor de Mello decretou o Plano Brasil Novo⁵ – também denominado Plano Collor I –, através de diversas medidas provisórias (MPs), dentre elas a de número 168/90 (BRASIL, 1990), que previa a troca da moeda de “cruzados novos” para “cruzeiros”, bem como uma medida mais radical: o sequestro dos recursos financeiros depositados no sistema bancário. O plano, que passou a ser chamado de Plano Collor, através dessa medida 168/90, confiscou, de um dia para o outro, os recursos cujo saldo ultrapassasse CrN\$50 mil cruzados novos, ou Cr\$50 mil cruzeiros (conversão determinada pela Medida Provisória) da população, correspondente a 13,6 salários mínimos, equivalente a US\$625 da época (ANDOZIA, 2019). O salário mínimo equivalia a R\$230,00 reais de hoje⁶. Portanto, é como se, atualmente, congelassem todos os saldos, em todos os tipos de contas e aplicações financeiras existentes, que superassem o valor de R\$3.130,00 (três mil cento e trinta reais).

³ Geógrafo, militar e político carioca, último General eleito presidente indiretamente (colégio eleitoral) no período da ditadura militar.

⁴Político maranhense. Foi Deputado Federal em 1958, e em 1965, atuou como Governador do Estado, já então aliado ao Regime militar. Em 1985, foi eleito indiretamente como vice-presidente da República com Tancredo Neves como Presidente. Porém, Tancredo adoeceu e morreu antes mesmo da posse, e assim, Sarney tomou posse como Presidente da República. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php>. Acesso em: 8 fev. 2022.

⁵ Plano adotado em 16 de março de 1990, tendo como principal objetivo eliminar completamente a inflação, conforme palavras do próprio Fernando Collor em seu discurso de posse. Seus efeitos têm influências ainda hoje em nossa economia.

⁶ A referida conversão se dá convertendo o valor do salário da época em dólares e multiplicando a mesma quantidade de dólar pelo valor atual do real atualizado. (Consideramos o dólar a R\$5,00).

Além do ataque monetário ao congelar ativos financeiros por dezoito meses, e liberá-los em parcelas mensais a partir do fim desse prazo, o Plano Collor também congelou salários, preços de produtos e serviços, não sem antes aplicar uma elevação dos preços nos serviços controlados pelo Estado, apelidado de “tarifaço” pela imprensa, através de outras medidas provisórias (MPs). Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a base monetária brasileira em março de 1990 era de 64 bilhões de dólares americanos, a medida 168/90 bloqueou 51 bilhões, o que correspondeu a 80% da nossa base monetária. Como reagiu nossa imprensa em relação a tão bruscas e violentas mudanças? Sobre o funcionamento do editorial de um noticioso, Miguel apontou:

Do conjunto inesgotável de eventos, banais ou extraordinários, que ocorrem todos os dias, o jornalismo elege um pequeno número que transforma em notícia e aos quais concede ampla circulação. Fora do seu círculo direto de relações pessoais e profissionais, o cidadão comum só possui acesso aos eventos que passaram por este filtro; e, sobre tais eventos, têm acesso apenas aos aspectos que foram considerados dignos de veiculação. Fica claro, portanto, que o impacto político dos conteúdos que os meios de comunicação difundem não pode ser ignorado (MIGUEL, 2001, p. 44).

Nesse sentido, interessa-nos perceber não apenas os eventos, mas sim os possíveis filtros e aspectos que “foram considerados dignos de veiculação” por determinado jornal. Melhor dizendo, os interesses desses periódicos. Isso posto, pretendemos, nesse estudo, identificar os colunistas de economia do Diário de Pernambuco (DP) e do Jornal do Commercio (JC), no período entre 16 março de 1990 a 31 janeiro de 1991; e analisar as expressões desses profissionais e dos próprios veículos de comunicação impressos em relação ao Plano Collor, no recorte temporal estabelecido. Para tal, a pesquisa foi efetivada no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, onde acessamos os jornais fisicamente, dado que a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não possui as edições desses jornais da década de 1990 digitalizadas. Quanto à bibliografia, realizamos nossa pesquisa nas bases de dados Scielo.br, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Ademais, como referenciais teóricos e metodológicos, dialogamos com as considerações do historiador inglês Peter Burke (2011), quanto às possibilidades abertas pelo movimento da Nova História. Ainda, com a historiadora brasileira Maria Helena Capelato (1988), que fala da importância da imprensa como fonte histórica, ressaltando que “os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação” (CAPELATO; PRADO, 1980 in LUCA, 2008, p. 118). Também nos

baseamos no trabalho de Tânia Regina de Luca (2008, p. 118), que afirmou: “ainda na década de 1970, ao lado da História da Imprensa e por meio da Imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”.

Finalmente, nos fundamentamos nas autoras Ana Maria Gama Florêncio (2009), com o livro “Análise do Discurso - Fundamentos e Prática”, e Helena H. Nagamine Brandão (2004), com Introdução a Análise do Discurso, para realizarmos a análise dos discursos manifestados no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio sobre a implementação do Plano Collor. As autoras contribuíram direcionando-nos sobre a necessidade de atentar às questões do que está dito, não-dito e silenciado, bem como para prestar atenção nas questões sociais que envolvem proprietários, autores, público e o momento histórico.

Por esse motivo, destacamos as “manchetes” como posicionamentos dos Jornais, e nas páginas seguintes de cada edição, as “colunas” com opiniões dos economistas. Portanto, buscaremos responder, por meio desta pesquisa: em nome de quem o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio falavam? Para que público direcionaram suas matérias? E por que se posicionavam desta forma?

Entre Procedimentos Metodológicos e Análises dos Discursos: Os Jornais como Fontes Históricas

Segundo Peter Burke (2011), na década de 1930, a Escola do Annales, cujos defensores se agruparam em torno da revista “Annales: économies, sociétés, civilisations”, iniciou a defesa de uma nova Escrita da História como reação deliberada contra o paradigma tradicional da Escola Positivista⁷ ou Rankeana, aludindo ao que defendia o historiador alemão Leopold von Ranke. Nesse sentido, o grupo da Annales, composto inicialmente por Lucien Febvre e Marc Bloch, defendeu a expansão das fontes históricas, incluindo a utilização de periódicos (revistas e jornais) como fontes de pesquisa, em oposição à Escola Positivista que os condenava sob a alegação de que eram produzidos sob influência de interesses, paixões e compromissos. Eram, portanto, contaminados, pois forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

Em vista disso, novos “campos” foram se formando com as novas ideias. De acordo com Peter Burke (2011), a abertura alcançada pela terceira geração dos Annales, que culminou com a chamada História Nova, possibilitou a construção de um novo paradigma, que entendia que tudo que é produzido pelo homem está impregnado de história. Assim, tudo

⁷ Conforme Peter Burke (2011), o paradigma tradicional diz respeito essencialmente à política. Além disso, o trabalho do historiador deveria ser realizado com distanciamento do seu objeto de estudo, sendo esta considerada uma prática neutra.

que o homem produz reflete seu aprendizado e sua história, pois aquele produto veio de um conhecimento adquirido e desenvolvido sob influências sociais e culturais, que são reflexos da história de um grupo, sociedade, clã, etc.

Essa expansão na ideia do que é fonte histórica incluiu no conceito de documentos históricos desde uma obra literária, a dados e gráficos estatísticos; fotografia e imagens (pintura, escultura, filmes, etc); documentos de cartórios e particulares (cartas, diários, testamentos); fontes orais passadas de geração em geração, entre outros. Tudo isso veio enriquecer a História, ampliar seu campo de estudo, possibilitando análises de um mesmo acontecimento por ângulos diversos.

Para Rafael Saraiva Lapuente (2015), a historiografia teve um ganho importante com o uso de jornais. A queda do fetichismo do documento, substituído por uma análise crítica, criou um leque amplo de fontes de pesquisa, e, dentre essas, o uso do jornal se tornou, nas últimas décadas, uma fonte de consulta para muitos trabalhos, uma vez que é no jornal impresso que encontramos relatado o cotidiano de cada lugar, de modo que este não podia ficar de fora dessa transformação proporcionada pela Nova História.

Não que o documento oficial tenha perdido completamente seu valor histórico, apenas aprendemos que ele também está contaminado pela visão de quem está no poder, isto é, de quem o produziu. Se utilizamos durante anos e anos apenas os documentos diplomáticos para contar a relação entre os países e povos, hoje também utilizamos diários de viajantes, jornais, revistas, cartas trocadas entre pessoas que moravam em lugares diferentes, etc. Logo, a história contada pelos vencedores, e a contada pelos vencidos falam dos mesmos acontecimentos, mas cada um conta a sua versão, de como foi afetado, de como viu e sentiu determinado acontecimento histórico.

Diante disso, a historiadora Maria Helena Capelato (1988) alerta para a importância de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação; sua tiragem; área de difusão; relações com instituições políticas, com os governos, grupos econômicos e financeiros; quem são seus donos; e seus patrocinadores (anunciantes). Tânia de Luca (2008, p. 142) corrobora indicando a seguinte listagem de procedimentos para a investigação dos periódicos:

- Encontrar as fontes e constituir uma representativa série;
- Localizar a(s) publicação(ções) na história da imprensa;
- Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade);

- Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação;
- Caracterizar o grupo responsável pela publicação;
- Identificar os principais colaboradores;
- Identificar o público a que se destinava;
- Identificar as fontes de receita;
- Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Sobre a análise do discurso nos periódicos pesquisados, Helena Brandão (2004) afirma que o processo que envolve a “Análise do Discurso”, possibilita-nos fazer considerações sobre as variáveis sociológicas do discurso, o estado social do emissor e do destinatário, e das condições sociais da situação da comunicação, estabelecendo correlações entre os discursos e as condições sociais a que todos estão expostos.

[...] se processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso (BRANDÃO, 2004, p. 42).

Considerando as condições a que a sociedade brasileira estava exposta naquele momento histórico de março de 1990, de degradação de sua renda, e da incapacidade de investimento do Estado, podemos supor que isso tenha motivado mesmo a elite intelectual a aceitar, acreditar e aspirar por medidas drásticas, de maneira que, quando estas foram propostas e implantadas, não houve, inicialmente, reações críticas severas, mesmo por aqueles com conhecimento profundo de economia.

Ana Maria Florêncio (2009) nos esclarece sobre os três conceitos essenciais para a realização da análise discursiva. O primeiro é o dito, isto é, a materialidade discursiva apresenta uma forma que pretende dizer, um conteúdo. Essa forma precisa ser pesquisada, pois funciona como a porta de entrada para a elucidação de sentidos do discurso; o não-dito, que só poderá ser apreendido através do dito. Aqui os processos metafóricos, metonímicos, os lapsos, os equívocos, constituirão chaves das explicações; e por último o silenciado, que só acontece a partir do não-dito.

A Quem Interessa? Os colunistas do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio em 1990

O Jornal do Commercio (JC) e o Diário de Pernambuco (DP) eram, no período pesquisado, e ainda hoje são, os principais periódicos do estado. O Diário de Pernambuco – o mais antigo jornal da América Latina em circulação – foi fundado em 1825, pelo tipógrafo Antonio José de Miranda Falcão, e nasceu como um jornal de anúncios. Em 1835 foi adquirido por Manuel Figueiroa de Faria, passando a ser porta-voz dos governos provinciais, característica que preservaria na maior parte de sua história, com raras exceções – Governos Vargas e João Goulart (FGV, s/d). Identificamos, a partir do verbete "Diário de Pernambuco", da Fundação Getúlio Vargas (FGV, s/d), que este fora um representante da elite rural. Além disso, os intelectuais Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Ariano Suassuna, Câmara Cascudo – todos de famílias de proprietários rurais – foram colunistas e/ou colaboradores do periódico. Além disso, Gilberto Freyre chegou a ser diretor e editor chefe do Jornal.

O Diário, no período pesquisado, não tinha coluna de Economia. Um caderno de economia publicava as notícias da área econômica, priorizando as locais, e dando menos destaque as nacionais e internacionais. Eventualmente, economistas, empresários ou políticos locais eram entrevistados, escreviam ou faziam alguma análise sobre alguma questão (Quadro 2), como exemplo podemos citar: Os(as) economistas Tânia Bacelar (Fundaj); Francisco Cribari Neto (UFRPE); Mário Henrique Simonsen (FGV); e Antônio Delfim Netto, e também políticos como Roberto Magalhães; Marcos Maciel; e o advogado José Paulo Cavalcanti Filho. Todavia, sempre deixando claro que a opinião era do entrevistado. O Diário de Pernambuco pertencia, na época, ao Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados. Criado por Assis Chateaubriand em 1959, é formado por 23 pessoas, entre eles dez (10) jornalistas eleitos pelos condôminos remanescentes.

Já o Jornal do Commercio, fundado em 1919, trouxe posicionamentos e princípios de um jornalismo mais livre e independente, tendo em vista que, em sua abertura, se comprometeu da seguinte forma:

Interpretar com fidelidade o pensamento do comércio; indicar as suas necessidades, defender os seus interesses menosprezados pelos representantes do poder público, quaisquer que eles sejam, ou se trate de ofensa aos direitos de toda a coletividade, ou de uma parte dos que exercitam o comércio; exigir as práticas adaptáveis a sua evolução progressiva, no regime da mais completa e imperturbável liberdade, no domínio da situação garantidora da máxima felicidade nacional, constitui, em largos traços, a divisa do Commercio de Pernambuco, traduz os desejos sinceros que lhe deram a existência e a força que impele ao futuro. Lutaremos na imprensa

sob os influxos dessa legenda honrosíssima que envolve a defesa dos direitos e interesses de todas as classes ativas e preponderantes da sociedade e constitutivas do povo e da pátria (NASCIMENTO, 1966, p. 332).

Desde sua criação, o JC é um lugar de fala da elite urbana Pernambucana, de modo que sua administração esteve frequentemente nas mãos de pessoas ligadas ao comércio (FGV, s/d). Hoje, e já na época do Plano Collor, seu controle pertence ao Grupo João Carlos Paes Mendonça (JCPM), conhecido empresário nordestino, que tem sua trajetória ligada ao comércio regional, atualmente presente em várias áreas empresariais, além da área de comércio, também em comunicação, imobiliária, industrial e de serviços. O Grupo JCPM adquiriu o controle de outro grupo empresarial pernambucano, o F. Pessoa de Queiroz.

O Jornal do Commercio possui participações frequentes de economistas de peso e renome (Quadro 2), em diversas colunas, algumas diárias, outras semanais, ou ainda sem temporalidade definida. Economistas ou articulistas locais também emitiram sua opinião neste periódico, como por exemplo, Pedro Jorge de Andrade, ou mesmo o professor de economia da Universidade Federal de Pernambuco Gustavo Maia Gomes, eventualmente, também convidava figuras importantes da política ou da economia para emitir sua opinião em artigos sobre assuntos específicos.

No quadro a seguir, apresentamos uma relação de pessoas que colaboraram com os jornais, em colunas periódicas, entrevistas e artigos sobre o Plano Collor e suas consequências.

Quadro 2 – Colunistas, entrevistados e convidados que escreveram sobre o plano/governo Collor no jornal Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio no ano de 1990.

COLUNISTAS, CONVIDADOS E ENTREVISTA	JORNAL
Alexandre Garcia (Colunista)	Jornal do Commercio (JC)
Antônio Delfim Netto (Convidado)	Diário de Pernambuco (DP)
Boris Casoy (Colunista)	Jornal do Commercio (JC)
Francisco Cribari Neto (Convidado)	Diário de Pernambuco (DP)
Gustavo Maia Gomes (Convidado)	Jornal do Commercio (JC)
Joelmir Beting (Colunista)	Jornal do Commercio (JC)
José Paulo Cavalcanti Filho (Entrevistado)	Diário de Pernambuco (DP)
Lilian WitteFibe (Colunista)	Jornal do Commercio (JC)
Marcos Maciel (Convidado)	Diário de Pernambuco (DP)
Mário Henrique Simonsen (Artigo)	Diário de Pernambuco (DP)
Mônica Waldvogel (Colunista)	Jornal do Commercio (JC)
Pedro Jorge de Andrade (Colunista)	Jornal do Commercio (JC)
Roberto Magalhães (Convidado)	Diário de Pernambuco (DP)
Tânia Bacelar (Entrevistada)	Diário de Pernambuco (DP)

Fonte: o autor.

Em ambos, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco, os principais anunciantes eram as grandes e médias empresas de comércio varejistas: Lojas Verão; Marajá; Arapuã; Renorte Pneus; Grupo Bom Preço; Fermentação; Supermercados São Luiz; Lojas Pernambucanas; Fortunato Russo; Lojas Ipê; entre outros.

Os jornais publicam algumas das centenas de informações que dispõem em cada dia, na maioria dos casos, são fatos e acontecimentos nacionais e internacionais que são repassados por agências de notícias, em alguns casos de correspondentes alocados em locais importantes, centros de acontecimentos. Sobre as notícias à disposição dos jornais, Miguel escreveu:

Nas sociedades formalmente democráticas em que vivemos, é corrente a divisão da política em “bastidores”, as salas secretas em que se fazem os acordos e se tomam as grandes decisões, e “palco”, o jogo de cena

representado para os não-iniciados, isto é, para o povo em geral. A mídia pertence a esse segundo espaço (MIGUEL, 2002, p. 161).

Daí a necessidade de “analisar os discursos” não só do jornal, mas, também dos titulares das colunas, visto que protagonizaram as análises, críticas ou não, sobre a implementação do Plano Collor I, assim como do Governo de Fernando Collor – primeiro Presidente eleito de forma direta após 21 anos de governos autoritários militares e cinco anos do governo de transição de José Sarney – que herdou um país social e economicamente desorganizado e com uma hiperinflação de mais de 80% ao mês, em março de 1990 (ANDOZIA, 2019).

Nem todas as mazelas por que passava a sociedade brasileira, tanto econômicas como sociais surgiram no governo de José Sarney. Algumas são históricas, como as desigualdades sociais e a dívida externa. A falta de credibilidade política de José Sarney, que serviu ao regime militar, e no período da ditadura construiu uma poderosa oligarquia no Maranhão, a precária composição pluripartidária da base do seu governo no congresso nacional, obrigou-o a uma constante negociação em busca de apoio das forças políticas, ou seja, em busca de condições de governabilidade. Sobre isso, Luiz Nassif escreveu:

A redemocratização do país lançava na cena política um novo personagem: a chamada sociedade civil organizada. Vários grupos que engrossaram a campanha das diretas se sentiram no direito de receber a sua parte no botim do poder. Foi um período de largos abusos políticos, com uma disputa insaciável de grupos de interesse por privilégios. O poder dos sindicatos, das associações, dos políticos era enorme. O governo especialmente fraco, de José Sarney, facilitou toda forma de demandas corporativistas, levando a economia a uma superinflação (NASSIF, 2003, p. 21).

Assim, José Sarney implementou diversos planos econômicos durante o seu governo – Plano Cruzado I e II, Plano Bresser e Plano Verão –, promovendo congelamento de preços, mudanças nas políticas salariais e outras ações, tentando minimizar o descontrole econômico do país (Quadro 3). Além disso, o então presidente conseguiu ampliar o mandato presidencial de quatro (4) para cinco (5) anos, mas, para isso, precisou aumentar ainda mais as concessões na busca de apoio dos parlamentares, que teriam que aprovar a alteração na recém-promulgada Constituição Federal de 1988. Devido a tais negociações com o parlamento, o governo fатиou a administração pública. Logo, não existia uma coordenação central, conseqüentemente, não havia um planejamento a ser seguido, causando uma elevação irresponsável nas despesas públicas (AMANO, 2016).

Quadro 3 – Planos Econômicos que Antecederam o Plano Collor

Plano	Data de lançamento	Principais Medidas
Plano Cruzado I	28 de fevereiro de 1986	Congelamento de preços; troca de moeda de cruzeiro para cruzado; e gatilho salarial.
Plano Cruzado II	21 de novembro de 1986	Congelamento de preço; alteração no cálculo da inflação; e aumento da carga fiscal.
Plano Bresser	12 de junho de 1987	Congelamento de preços e salários; e prefixação do câmbio, tudo por 90 dias.
Plano Verão	14 de janeiro de 1989	Troca da moeda de cruzado para cruzado novo; congelamento de preços, salários e câmbio; e criação de indexação diária.

Fonte: o autor

O caos foi estabelecido. O custo dos apoios políticos aumentou os gastos públicos, a falta de recursos obrigava o governo a emitir títulos para financiar o déficit fiscal, e os altos juros tornaram a dívida externa, construída no período da ditadura militar, impagável, obrigando o governo a declarar uma moratória, isto é, em fevereiro de 1987, o governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa, como aponta Ivan Salomão (2015). Todo esse caos econômico provocou uma desvalorização constante de nossa moeda nacional. Em dezembro de 1989, a inflação ultrapassou a barreira de 50% ao mês – número estabelecido por Phillip David Cagan, em 1956, professor de economia na Universidade de Columbia, e aceito pela comunidade científica como patamar de ingresso no processo de hiperinflação – em março de 1990, mês da posse do governo Fernando Collor, a inflação já ultrapassava o patamar de 80% ao mês.

Diante disso, Marco Antonio Villa (2016) aponta que Collor, apoiado pela grande mídia, apareceu como o “salvador da pátria”, prometendo que resolveria definitivamente o problema. Em seu longo discurso de posse no congresso nacional, anunciou: “A meta número um do meu primeiro ano de gestão não é conter a inflação, é liquidá-la” (BRASIL, 1990, p. 13).

Investigando os Jornais: O Plano Collor Impresso nas Páginas Pernambucanas

O Plano Collor, oficialmente denominado Brasil Novo, foi uma combinação de medidas econômicas, administrativas e fiscais, com o objetivo de combater a inflação,

enxugar a máquina estatal e abrir a economia do país ao mundo. Além do discutido, comentado e polêmico bloqueio econômico, também adotou providências nos campos da política de rendas, finanças públicas, reforma do Estado, política cambial e comércio exterior, sendo, portanto, um leque de medidas que buscavam alterar, de forma profunda, a economia nacional.

O Plano defendia medidas mais “progressivas”, tais como: a suspensão do pagamento da dívida externa, congelamento de preços, taxaço dos investimentos em bolsa, adoço de impostos para os produtores rurais, que agradaram a esquerda; e medidas liberalizantes de direita, a exemplo de: demissão de funcionários públicos, fechamentos de empresas estatais, autarquias e órgãos públicos, vendas de imóveis e veículos da União, aumento substancial dos preços de serviços públicos ou controlados pelo governo - como combustíveis, tarifas de telefonia, energia elétrica e dos serviços postais -, abertura do comércio exterior, facilitando as importações. Por essa mistura, foi classificado como plano heterodoxo.

No bloqueio dos recursos bancários, o micro poupador não foi atingido, assim como a grande maioria dos correntistas que movimentavam tão somente seu salário. Segundo Villa (2016), as ações governamentais foram baixadas em forma de Medidas Provisórias⁸. Algumas dessas Medidas Provisórias não passaram no Congresso, ou foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, a “pedra angular” do Plano era a Medida Provisória 168/1990, que estabeleceu a troca da moeda de Cruzado Novo para Cruzeiro⁹, e o bloqueio dos ativos financeiros acima de 50 mil Cruzados Novos. Vale salientar que, segundo Carvalho (2006), o plano não foi uma iniciativa desvairada: as medidas já vinham sendo discutidas amplamente no meio acadêmico, e levadas ao núcleo econômico dos candidatos Ulisses Guimarães, Luís Inácio Lula da Silva e, por fim, depois da vitória no segundo turno, à equipe do candidato vencedor Fernando Collor de Mello. Posteriormente, a MP 168/90 foi aprovada e transformada na lei 8.024/90 pelo Congresso Nacional.

A repercussão do Plano Collor, em todos os jornais no Brasil, foi grande, e os dois principais periódicos de Pernambuco não ficaram de fora da narração dos fatos, buscando “esclarecer” a população sobre os atos do novo governo. O Diário de Pernambuco manifestou seu apoio sem críticas ao Presidente eleito e suas ações. O Jornal do Commercio também demonstrou apoio, contudo, seus colunistas tinham espaço para tecer críticas ao Plano, afinal

⁸Recurso legal do poder executivo para implantar medidas que entra em vigor imediatamente, posteriormente são aprovadas ou rejeitadas pelo congresso nacional.

⁹ Numa paridade de um (01) para um (01), ou seja, não houve cortes de zeros, como nos planos do governo Sarney, e o bloqueio da liquidez dos haveres financeiros. Trocando em miúdos, o cidadão tinha o dinheiro, conseguia visualizá-lo pelos extratos, mas não podia sacá-lo (BrazilianJournalofPoliticalEconomy, 1990).

o segmento do comércio, que o jornal representa, e que apoiou maciçamente o candidato Collor, foi um dos mais atingidos com as medidas.

Em 15 de março de 1990, dia da posse, o DP estampava a seguinte manchete: “Povo confia em Collor” (Diário de Pernambuco, 15 mar. 1990, p. A3), repercutindo o que foi divulgado pelas pesquisas. Da mesma forma, no JC do mesmo dia, a manchete foi: “Collor é o Presidente, 83% do povo brasileiro confiam nele” (Jornal do Commercio, 15 mar. 1990, p. 01). Isso significa que ambos os periódicos, em um primeiro momento, conferiram apoio ao presidente eleito, dando continuidade ao que aconteceu durante o pleito eleitoral, no qual ele era o “preferido” dos dois jornais, uma vez que os outros candidatos com percentual significativo de intenção de votos, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, não tinham o perfil desejado pelos grupos que os periódicos representam, isto é, ambos tinham um discurso “progressista” e “reformista”, ou seja, defendiam reforma agrária, mais impostos para os mais ricos e, principalmente, o Estado como principal vetor do desenvolvimento econômico e social do país, entre outras propostas, enquanto os “noticiosos”, conforme o verbete “Diário de Pernambuco” (FGV, s/d), são representantes de grupos conservadores e defendem o livre mercado e o Estado mínimo.

Inicialmente, no seu caderno de economia, o Diário entrevista personagens do mundo político e empresarial de Pernambuco. “Zona de processamento de exportação (ZPE) dará prejuízo a Pernambuco” (Diário de Pernambuco, 17 mar. 1990, p. C1), afirma Sérgio Guerra – um conhecido político pernambucano que, na ocasião, ocupava a cadeira de Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Governo Miguel Arraes. Ele acreditava que as zonas de processamento especiais têm isenções de impostos que seus concorrentes não têm, portanto, configurando-se como uma concorrência desigual, o que desfavorecia o Estado de Pernambuco onde não teria uma ZPE¹⁰. “Embora tenha havido proposições, apenas quatro ZPEs foram criadas: a de Barcarena (PA), em 1993, e a de Imbituba (SC), Itaguaí (RJ) e Teófilo Otoni (MG), no ano de 1994, quando Itamar Franco estava à frente do governo. No entanto, nenhuma chegou a entrar em operação” (CRUZ, 2020, p. 89).

Nesse contexto, a própria ministra da Economia não “conseguiu defender” o projeto, de maneira que o JC divulga a manchete de capa “Plano é Cruel” e a seguir no caderno de economia “Zélia tem dificuldades para explicar o pacote” (Jornal do Commercio, 18 mar. 1990, p. 01). Posteriormente, essa alegação de incapacidade da equipe econômica do governo

¹⁰As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) podem ser definidas como áreas de livre comércio com o exterior. De acordo com Jean Cruz (2020), essa ideia como instrumento político-econômico não é recente, de modo que, mesmo na Antiguidade, algumas civilizações mediterrâneas utilizavam-se desse modelo, na forma de portos livres para trocas comerciais.

Collor seria reforçada em uma entrevista com o sociólogo Hélio Jaguaribe, cujo título é: “Plano de estabilização poderá vir a fracassar”, na qual Jaguaribe afirma que a equipe econômica não tem a competência necessária para levar o plano ao sucesso (Jornal do Commercio, 20 mai. 1990, p. 11). Gustavo Maia Gomes, por sua vez, afirmou em uma coluna no JC que o “confisco pode pôr a perder Plano Collor” (Jornal do Commercio, 18 mar. 1990, p. 02), aludindo ao fato de que o percentual da liquidez atingida poderia levar o país a uma recessão. Essa foi a primeira crítica ao plano publicada em jornais do Estado. O acadêmico criticava, basicamente, o confisco de cerca de oitenta por cento (80%) da base monetária do país.

Em contrapartida, o Diário de Pernambuco buscava legitimar o governo por meio de suas manchetes, como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 4 – Algumas manchetes publicadas pelo Diário de Pernambuco sobre Fernando Collor

DATA	MANCHETE
18 de março	“Collor golpeia especulação, demite funcionários e extingue estatais” (Figura 1)
21 de abril	“Collor voa em jato ultrassônico” (Figura 2)
06 de maio	“Collor viaja de submarino em Alto-mar” (Figura 3)
29 de maio	“Collor faz gol no treino e a seleção enfrenta a Alemanha” (Figura 4)
30 de abril	“Collor troca aventuras por passeio no lago” (Figura 5)

Fonte: Diário de Pernambuco, Capas de 18 mar.; 21, 25 e 30 de abr.; 06 e 29 de mai. 1990.

“É preciso lembrar que o discurso é feito de sentidos entre interlocutores, desse modo, a imagem, por ser uma materialidade significativa, também produz sentidos entre os sujeitos, por isso, é também uma materialidade discursiva” (FLORÊNCIO, 2009, p. 95). Nessa perspectiva, a sequência de manchetes (Quadro 4) evidencia o esforço do Diário de Pernambuco em se incorporar, totalmente e sem restrições, à campanha de marketing na construção de uma imagem do Presidente Collor como um homem ativo, forte, atlético, viril e destemido, em outras palavras, um “super-herói”. Diante disso, primeiro precisamos compreender que todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos (CAPELATO, 1988). Inclusive, apesar de

não ser o objeto de estudo deste trabalho, as próprias fotografias dos jornais podem ser usadas como ferramentas para a construção desse discurso, por não serem um mero conjunto de imagens, mas sim uma representação da relação social entre pessoas através da imagem.

Nesse movimento, as revistas ilustradas e jornais diários apresentam-se como plataformas de lançamento de imagens que se espalham no tempo e no espaço da experiência histórica. Mais do que evidências do vivido, as fotografias na imprensa caracterizam-se por agenciarem múltiplas versões dos acontecimentos e plasmarem as memórias históricas (MAUAD, 2016, p. 98).

Doravante, o DP publica a manchete, “Collor abre exceção para canavieiros” (Diário de Pernambuco, 22 mar. 1990, p. A20). A reportagem sinaliza que o Governo Federal começou a abrir as torneiras dos recursos bloqueados. Curiosamente, esse segmento foi um dos que mais apoiaram Collor de Mello em sua campanha. Possivelmente, essa estratégia foi adotada porque “toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se, e para tal é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade” (BRANDÃO, 2004, p. 29). Todavia, para os economistas que escrevem sobre o Plano Collor, esse ato dá início aos problemas do Plano, voltando a irrigar o sistema monetário do país, e aumentando a liquidez, o que trouxe de volta a inflação.

Em 23 de março, a jornalista Mônica Waldvogel escreve em sua coluna política do JC: “Ao mexer na caderneta de poupança, o presidente rompeu uma barreira ética - coisa que nenhum outro governo jamais se atreveria sequer a cogitar. A caderneta sempre foi considerada intocável, e por isso se transformou numa verdadeira instituição no país” (Jornal do Commercio, 23 mar. 1990, p. 05). No dia 27 de março, em sua coluna, o analista Joelmir Beting retrata os artigos constitucionais que o Plano Collor agrediu:

O 5º artigo que oferece proteção ao patrimônio privado (Depósitos e aplicações bancárias); o artigo 148 que proíbe o empréstimo compulsório; o artigo 170 da Constituição Federal que estabelece que o executivo não pode inibir decisões judiciais (a MP 190 determinava que juiz de primeiro grau não poderia julgar dissídios coletivos, nem qualquer aumento de salário). E arremata: Absurdo? Que se altere a constituição (Jornal do Commercio, 27 mar. 1990, p. 4).

A falta de recursos monetários no mercado atinge em cheio, primeiramente, a área comercial e, logo em seguida, a indústria, ambos os segmentos representados e defendidos pelo periódico. Então, inicialmente, o Jornal do Commercio usa do artifício de dar “liberdade” aos seus colunistas para a crítica, enquanto o próprio jornal não é tão crítico em relação ao

governo Collor. Logo, “se esse discurso faz parte do movimento de reprodução/transformação das relações sociais é porque ele está afetado pelos conflitos e interesses de classes, tomando a posição dos dominantes, mas aparecendo como parte da opinião pública” (FLORENCIO, 2009, p. 107). Assim, o Diário traz a manchete: “Presidente manda que industriais se virem para arranjar dinheiro” (Diário de Pernambuco, 23 mar. 1990, p. 01).

Uma semana depois, no dia 30 de março, a manchete do mesmo DP é: “BC abre crédito de até 15 milhões para que empresas paguem salários” (Diário de Pernambuco, 30 mar. 1990, p. 01). O veículo segue demonstrando o vai-e-vem e desencontros dentro do Governo Federal, bem como o posicionamento do DP, buscando, como sempre, alinhar-se com os “dominantes” em vista da proteção de sua reputação diante da opinião pública, ou seja, evidencia a seletividade do Jornal, que, por vezes, atribui ao Presidente aquelas ações que considera relevantes, como ter “pulso firme” para defender o seu Plano, e destina a terceiros a responsabilidade daquelas ações vistas como problemáticas pelos ruralistas os quais representa, como a abertura de crédito para as empresas.

Já em 29 de abril, o articulista Boris Casoy – em sua coluna política no Jornal do Commercio –, depois de elogiar as decisões da área econômica, usou de sarcasmo e escreveu:

O presidente da República continua demonstrando uma forte sensibilidade de marketing político. Domingo pilotou um ultrassônico da FAB. Durante a semana realizou a perigosa tarefa de pilotar carrinho de supermercado em Brasília. Com isso conseguiu as primeiras páginas de todos os grandes jornais do país e enormes destaques nos noticiários da televisão... Mas a tarefa mais perigosa assumida por Collor foi ter aberto uma caderneta de poupança (garantida pelo governo federal), na última quarta-feira (Jornal do Commercio, 29 abr. 1990, p. 2).

Assim, Boris Casoy busca criticar a tentativa do presidente de construir, de forma tão artificial, uma imagem de paladino e herói, ironizando as atitudes marqueteiras de Fernando Collor. Todavia, o Diário de Pernambuco disseminava (Figura 5) que “Collor troca aventuras por passeio no lago [...] Como todo filho obediente, o presidente Fernando Collor atendeu aos apelos de sua mãe, Leda Collor, e ontem não se arriscou. Aproveitou a manhã ensolarada para velejar no lago Paranoá” (Diário de Pernambuco, 30 abr. 1990, p. 01). Mais uma reportagem para a construção da imagem, agora adicionando a figura do bom e obediente filho. Como afirma Durval de Albuquerque Júnior (2016), os seres humanos “contam aquilo que para eles conta”, ou seja, decidem o que querem mostrar. Ao compor esse tipo de narrativa, o DP faz suas escolhas sobre o que mostrar do presidente eleito. No dia 1º de maio, no JC, a economista Lilian Witte Fibe escreveu:

Acabar com a inflação tirando 80% do dinheiro em circulação no país foi a tarefa mais fácil. Qualquer pessoa poderia fazer o mesmo, com resultado idêntico. O difícil é administrar o plano econômico agora, quando uma grande parte dos recursos bloqueados já começa a voltar ao mercado e há a abertura das torneiras para setores tão poderosos como bens de capital, agricultura, indústria automobilística ou construção civil (Jornal do Commercio, 1º mai. 1990, p. 03).

A publicação vai aumentando aos poucos o tom da crítica, afastando-se cada vez mais do jornal que antes apoiou Collor na eleição, e nos primeiros dias de governo. No dia 3 de maio, enquanto a manchete do Diário era, “Collor mantém congelados preços dos produtos e serviços básicos” (Diário de Pernambuco, 03 mai. 1990, p. 01), no Jornal do Commercio encontramos a manchete: “Zélia Cardoso congela produtos básicos e as tarifas públicas” (Jornal do Commercio, 03 mai. 1990, p. 01). Novamente fica clara a intenção do Diário de Pernambuco de atribuir o que ele julga como positivo e popular ao presidente, enquanto o Jornal do Commercio atribui a mesma ação à Ministra da Economia, diferenciando mais uma vez o discurso de cada jornal.

Ademais, no Jornal do Commercio, o empresário do comércio varejista e também proprietário do periódico, João Carlos Paes Mendonça, escreve editorial condenando a política econômica de Collor, principalmente o controle de preços, fazendo uma defesa da perspectiva de uma política liberal de preços, dado que, para ele, seria a única que convém ao país. Outrossim, elogiou algumas decisões que beneficiam o comércio, como a abertura das fronteiras para os negócios de exportação e importação, mesmo vindo a público tecer seus comentários críticos. Ele é fiel ao compromisso de seu jornal e também na atuação em defesa dos interesses de sua área de atuação, o comércio.

Por conseguinte, “IBOPE revela: Presidente perde apoio” (Diário de Pernambuco, 19 dez. 1990, p. 01). Desta vez, a matéria não recebeu o espaço de destaque da capa, apenas uma chamada pequena, ao pé da primeira página. Logo, podemos supor a intenção de que a notícia passasse pouco percebida. Em contrapartida, o JC estampou como manchete principal, em letras garrafais: “Diminui a confiança em Collor” (Jornal do Commercio, 19 dez. 1990, p. 01). A discrepância dos discursos dos jornais na mesma data é uma demonstração de que o governo vai perdendo apoio também nos meios mais conservadores. Mesmo o Diário reconheceu, de forma quase escondida, que o governo Collor perdeu apoio junto à população. Finalmente, em 31 de janeiro de 1991, diante do fracasso do Plano Collor, tendo a inflação

mensal ultrapassado a casa dos 20%, o governo resolveu implementar um novo pacote de medidas que ficou conhecido como Plano Collor II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de nossa pesquisa, percebemos o discurso sendo construído no JC e no DP. Assim, foi possível verificar que o Jornal do Commercio tem como propósito principal defender os interesses da elite urbana e que esse desígnio está acima do interesse político-partidário. Nota-se que, no Jornal do Commercio, através de seus colunistas, desde cedo, iniciou-se uma análise mais crítica dos atos governamentais nas áreas econômica e política, exceto quando aquilo que era do interesse dos seus proprietários e patrocinadores, um pouco diferente do editorial do próprio jornal, que no início colabora, inclusive, para a construção de uma imagem heróica de Fernando Collor, e, aos poucos, vai havendo uma aproximação entre o discurso do editorial do jornal e as críticas de seus colunistas, mas essa diferença nos possibilitou a observação de que ele é um veículo mais democrático, que permite o debate interno, possibilitando aos seus leitores acesso a opiniões diferentes.

O Diário de Pernambuco como órgão de imprensa tradicional e bastante conservador, historicamente situacionista, aderiu abertamente ao discurso oficial da secretaria de imprensa do Governo Federal, de forma coerente com seus posicionamentos ao longo do século XX, sendo aquele jornal que se posiciona como um periódico pró-governo, que assume, inicialmente, um apoio irrestrito ao Governo Collor, chegando, inclusive, a certo exagero em suas manchetes, como pudemos observar no corpo do trabalho.

Esperamos ter contribuído para a historiografia, através desse recorte na análise inédita do tema nesses periódicos em uma série temporal, como recomenda Capelato e De Luca. Não encontramos nenhum trabalho que abordasse essa temática, muito menos com esse recorte temporal, abrimos caminho para trabalhos mais aprofundados do objeto do estudo, tanto nos mesmos jornais como com a possibilidade de acrescentar outros periódicos do estado. Dentro do próprio recorte, também podem ser explorados os estudos com as imagens (fotográficas e charges), e/ou aprofundar a análise do discurso. Considerando, ainda, os acontecimentos posteriores em relação ao Governo Collor, os mesmos Jornais que elogiavam e propagandeava sua postura jovem e atlética, de homem destemido, que estampavam em manchetes os seus pronunciamentos, nas suas corridas, pedaladas e esportes, mostrando seu desempenho em diferentes e múltiplas edições, buscando associar as imagens do presidente como espelho de um país moderno, dinâmico e com um futuro promissor, mesmo que a realidade mostrasse um país no caos, na incerteza e para muitos, na perplexidade, pelas ações

presidenciais não estarem vinculadas com a realidade. Quando começam a aparecer denúncias contra seu governo, passa a ser criticado por essas mesmas posturas, agora classificadas de imaturas e irresponsáveis.

Um recorte histórico positivo, também é possível em relação ao Plano e governo Collor de Mello, algumas decisões como a quebra de monopólios e abertura do comércio exterior nas áreas automobilísticas, telefonia celular e de informática foram gatilhos para modernização tecnológica do país. Para nós historiadores, a promulgação da Lei nacional 8.159/91 que abre e disciplina o acesso aos arquivos públicos e privados foi de suma importância.

Outros pontos que podem ser pesquisados: O movimento dos caras pintadas, “fora Collor”, que envolveu, principalmente, a juventude há tanto tempo afastada da política nacional; as consequências do plano Collor na população, os prejuízos, as crises, as doenças e mortes causadas em função do confisco dos depósitos bancários e demissões de funcionários públicos.

Enfim, a turbulenta e meteórica passagem de Fernando Collor pelo poder em Brasília, de todas as medidas tomadas e escândalos que margeava entre o público e o privado, acabou não conseguindo caçar os marajás, slogan de campanha, não conseguiu acabar com a inflação, nem tornar forte a moeda, como prometera em seu discurso de posse. Tem muito o que ser pesquisado e publicado por nós historiadores, as ideias para outros trabalhos estão gritando em minha mente para ser iniciado. A curiosidade do historiador foi despertada. São muitas perguntas cujas respostas possibilitam que outros estudos sejam realizados.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O Obscuro fichário dos artistas mundanos**. 2016. Disponível em: <http://obscurofichario.com.br/artigo/o-obscur-fichario-dos-artistas-mundanos/>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- AMANO, André Tomio Lopes. **A estratégia oculta de continuidade: a política econômica do governo Sarney (1985-1990)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.de-29082016-102531. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-29082016-102531/pt-br.php>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- ANDOZIA, Francine de Lorenzo. **Passaram a mão na minha poupança** – um estudo sobre o impacto do Plano Collor no cotidiano da população brasileira urbana em 1990 / Francine de Lorenzo Andozia; orientador Sara Albieri. – São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-04092019-155409>. Acesso em: 15 out. 2021.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso** / Helena H. Nagamine Brandão. – 2ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRASIL. **O Projeto de Reconstrução Nacional**. Biblioteca da Presidência da República, 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/discorso-de-posse/posse-collor.pdf/view>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2007, n. 28, pp. 9-30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100003>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História** – Novas Perspectivas. Editora UNESP, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, v. 16, n. 1, p. 101-134, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512006000100003>. Acesso em: 10 out. 2021.
- CRUZ, Jean da Silva. **A política de criação das zonas de processamentos de exportações – ZPES no Brasil como estratégia de desenvolvimento regional** / Jean da Silva Cruz. -- Presidente Prudente, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193699>. Acesso em: 2 abr. 2022.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. In: ABREU JÚNIOR, João Batista de; FERREIRA, Marieta de Moraes; BEZERRA, Ricardo Lima colaboração especial. **FGV/CPDOC**, Verbetes Temático: Diário de Pernambuco, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 1 fev. 2022.

FLORENCIO, Ana Maria Gama; MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Análise do discurso: fundamentos e prática** / Ana Maria Gama Florêncio [et. al.]. – Maceió: EDUFAL, 2009.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **Encontro Nacional de História da Mídia**, v. 10, p. 1-12, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa>. Acesso em: 3 jan. 2022.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas** / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., I a reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008.

MARINELI, Felipe. **O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30012018-191648/en.php>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MAUAD, A. M. Por uma história fotográfica dos acontecimentos contemporâneos, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1987. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 90 - 133, 2016. DOI: 10.5965/2175180308172016090. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308172016090>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos latinoamericanos**, n. 3, p. 43-70, 2001. Disponível em: https://www.lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/2midia_e_politica_no_br-miguel-unb.pdf. Acesso em: 8 out. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 155-184, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/5Gcb9c7zydHkDNxNHsR8mPF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2022.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**: Vol. 2, Diários do Recife – 1829-1900. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

SALOMÃO, Ivan. Do estrangulamento externo à moratória: a negociação brasileira com o FMI no governo Figueiredo (1979-1985). **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, p. 5-27, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272011>. Acesso em: 2 fev. 2022.

PLANO COLLOR. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 10, n. 3, 1990. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1546>. Acesso em: 2 fev. 2022.

VILLA, Marco Antonio. **Collor Presidente**: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção. Editora Record, 2016.

ANEXO A – Lista de Figuras

Figura 1 – “Collor golpeia especulação, demite funcionários e extingue estatais”



Fonte: Diário de Pernambuco, 16 de março de 1990.

Figura 2 – “Collor voa em jato ultrassônico”



Fonte: Diário de Pernambuco, 23 de abril de 1990.

Figura 4 – “Collor participa de manobras navais”

gol,
logo
parti-
e da-
ria a
aca-
um
onde
uipe
eal-
na
ogo
pi-
iro
ção
rte
os
as
ão
ir
s-
o
e
e
o
:



Telefoto Radiobrás

O presidente (centro) fez o V da vitória ao embarcar

Collor participou de manobras navais a bordo de um submarino

Acompanhado dos filhos Arnon e Joaquim, o presidente Fernando Collor de Mello vestindo o uniforme preto da Força de Submarinos da Marinha embarcou no “Tupi”, o mais moderno modelo da frota comprado pelo Brasil à Alemanha no ano passado. O submarino seguiu para o alto mar, submergiu a uma profundidade que a Marinha preferiu não revelar, e participou de manobras de simulação de ataques e defesa. Collor ficou durante quatro horas no submarino enquanto a primeira-dama, Rosane, assistia as manobras da esquadra na Baía da Guanabara. (Página 11)

Fonte: Diário de Pernambuco, 06 de maio de 1990.

Figura 5 – “Collor faz gol no treino e a seleção enfrenta a Alemanha”



Fonte: Diário de Pernambuco, 29 de maio de 1990.

Figura 6 – “A imagem do bom filho”



Fonte: Diário de Pernambuco, 30 de Abr de 1990.

ANEXO B – Regras da revista

Revista História UNICAP- Diretrizes:

- São aceitos para a publicação somente trabalhos originais inéditos, e que não estejam sendo avaliados para publicação em outra revista.
- Os artigos e textos podem ser redigidos em português, inglês ou espanhol.
- A revista *História Unicap* aceita artigos de História e disciplinas afins, informes parciais de pesquisa em desenvolvimento, documentos e entrevistas inéditos, resenhas críticas, comunicações de dissertações e teses e notas relativas a eventos.

São aceitos artigos de:

- pós-graduados (mestres, doutores e pós-doutores) e pós-graduandos (mestrado e doutorado).
- graduandos, graduados (inclusive com especialização) apenas em co-autoria com seus orientadores-pesquisadores doutores.

Importante:

[*] A *História Unicap* não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos pelos autores.

[*] O envio espontâneo de qualquer submissão implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Universidade Católica de Pernambuco.

Recomendações:

[*] *Extensão:* o texto deverá ter extensão máxima de 20 a 22 páginas, com espaçamento de 1,5, incluídas referências bibliográficas e notas. O título (no idioma original e em Inglês) deve conter no máximo 240 caracteres incluindo espaços.

[*] *Imagens:* se o artigo contiver imagens fotográficas e/ou desenhos gráficos, esses deverão ser encaminhados em formato original (.jpeg, .png, .tiff) e em arquivos separados (não inseridos no interior do próprio texto), com resolução mínima de 300 dpi. No arquivo referente ao texto, deverá ser indicado através da inserção das legendas (no idioma do artigo e também em inglês, o local aproximado onde devem ser inseridas as figuras, gráficos, tabelas e/ou quadros).

[*] *Citações:* as citações no interior do texto devem obedecer às seguintes normas:

- a. Um autor: (CABRAL, 2014, p. 11-14);
- b. Dois autores: (TOCQUEVILLE; BEAUMONT, 2005)
- c. Três ou mais autores: (MAIA *et al.* 2009)
- d. Trabalhos com o(s) mesmo(s) autor(es) e mesma data devem ser distinguidos por letras minúsculas logo após a data. Ex: (MOREIRA, 2009a) (MOREIRA, 2009b);

Apresentação das citações:

1. Citações com menos de três linhas deverão ser incorporadas ao texto entre aspas;
2. Citações com mais de três linhas deverão ser apresentadas em parágrafo isolado, com espaçamento simples entre as linhas, corpo de 11 pt e recuo de 4 cm da margem esquerda do texto.

Notas de rodapé:

As notas de rodapé devem ser usadas de forma parcimoniosa. Somente são permitidas notas de rodapé explicativas e não são permitidas notas que contenham apenas referências. Estas deverão estar listadas, ao final do texto, no item "Referências".

Não utilize as expressões *op. cit*; *ibid*; *ibidem*; *id*; *idem*

Não utilize a expressão *apud*, dê preferência pelo emprego da expressão *in*;

A matéria dos originais deverá conter, na seguinte ordem:

I. *Título do texto*: Título no idioma do artigo e em inglês. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o título em Português. Com no máximo 240 caracteres com espaço;

II. *Resumos*: no idioma do artigo e em inglês, em um único parágrafo, com até 20 linhas, acompanhado de três palavras-chave. Nos casos em que o artigo é escrito em inglês ou espanhol, solicita-se também a apresentação de resumo e palavras-chave em português.

III. *Texto completo do artigo*: formatado em Times New Roman, 12 pt, espaçamento 1,5, em formato de arquivo *Word for Windows*.

IV. *Referências*: as referências bibliográficas e de outra natureza devem ser listadas ao final do texto, em ordem alfabética, em 12 pt, espaçamento simples, como nos modelos abaixo:

Artigos em periódico:

Ex: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um Missionário entre a História e a Glória dos Altares. *Projeto História*, v. 41, 2010, p. 155-194.

Artigos relativos a eventos:

CABRAL, Flavio José Gomes. Revolução pernambucana de 1817: ideias e projetos de estado no norte da América portuguesa. In: I Congresso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica, Mendoza, 2013. *Anais...* Mendoza: Guaymallén/Universidad Nacional de Cuyo, p. 1-10.

Livros:

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. 1976.

Capítulos de livro:

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordações da Casa dos Mortos: Projetos e Sociabilidades Prisionais (a Casa de Correção de Porto Alegre no século XIX). In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org.). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Universidade Nacional de General Sarmiento, 2008, p. 57-88.

Teses e dissertações:

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

Citações de Sites e textos eletrônicos:

SOBRENOME, Nome(s). Título do texto. Ano de publicação. Disponível em: <http://...>, Acesso em: dd/mm/aaaa.

Jornais e revistas, órgãos e instituições:

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. Folha de São Paulo. Caderno Mais! São Paulo, 12 nov. 2000.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. Os arquivos para submissão estarão em formato Microsoft Word ou RTF.
3. - Título no idioma do artigo e em inglês. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o título em Português;
 - Resumo em até 20 linhas acompanhado de pelo menos três palavras-chave;
 - Abstract em Inglês, acompanhado de pelo menos três key words. Se o artigo for redigido em Inglês deve apresentar também o resumo em Português acompanhado de três palavras-chave;
 - Texto completo do artigo, escrito em Times New Roman, 12 pt, com espaçamento de 1,5;
 - Figuras, tabelas, quadros e gráficos devem incluir legenda no idioma do artigo e em Inglês. As tabelas e ilustrações devem ser enviadas em seus arquivos originais (.jpeg, .png, .tiff) e em arquivos separados (não inseridos no interior do próprio texto), com resolução mínima de 300 dpi.
4. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.
5. As citações de mais de 3 linhas devem ser digitadas em parágrafo isolado, com espaçamento simples entre as linhas, corpo de 11 pt e recuo de 4 cm da margem esquerda do texto;
6. Inserir as notas do texto em fonte (tipo) Times New Roman (não usar sublinhado e usar itálico só para grafia de palavras estrangeiras), em corpo 9 pt, com espaçamento simples entre as linhas. As notas devem ser colocadas no pé de página, em modo de impressão (devem ficar visíveis na página).

As notas devem ser utilizadas como elemento explicativo e não para dar lugar às referências, que deverão estar apenas no item referências, ao final do texto.

7. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.

8. Referências

São consideradas referências somente às obras mencionadas no interior do texto.

As referências devem ser digitadas em fonte Times New Roman, em corpo 12 pt, com espaçamento simples entre as linhas e organizadas em ordem alfabética.

As referências, no fim do trabalho, devem ter os dados completos e seguir as normas para trabalhos científicos que estão publicadas no site da revista. cada referência deve ocupar um parágrafo e deve estar separada por um espaço simples.

Exemplos:

Artigos em periódico

Ex: FLECK, Eliane Cristina Deckmann. José de Anchieta: um Missionário entre a História e a Glória dos Altares. *Projeto História*, v. 41, 2010, p. 155-194.

Artigos relativos a eventos

CABRAL, Flavio José Gomes. Revolução pernambucana de 1817: ideias e projetos de estado no norte da América portuguesa. In: I Congresso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica, Mendoza, 2013. *Anais...Mendoza: Guaymallén/Universidad Nacional de Cuyo*, p. 1-10.

Livros

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

Capítulos de livro

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordações da Casa dos Mortos: Projetos e Sociabilidades Prisionais (a Casa de Correção de Porto Alegre no século XIX). In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org.). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Universidade Nacional de General Sarmiento, 2008, p. 57-88.

Teses e dissertações

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CESAR, Tiago da Silva. *A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da província de São Pedro (1850-1888)*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

Citações de Sites e textos eletrônicos

SOBRENOME, Nome(s). Título do texto. Ano de publicação. Disponível em: <http://...>, Acesso em: dd/mm/aaaa

Jornais e revistas, órgãos e instituições

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. Folha de São Paulo. Caderno Mais! São Paulo, 12 nov. 2000.

1. Informes de pesquisa

Os informes de pesquisa deverão resultar de uma investigação baseada em dados empíricos e com metodologia específica. Os informes parciais deverão obedecer à mesma formatação exigida para a publicação de artigos e concentrar-se entre 6.000 a 10.000 caracteres com espaço. Já os informes finais, atendidas as especificações para "artigos", deverão se limitar entre 15.000 a 20.000 caracteres com espaço.

Em ambos os casos, a Comissão Editorial dará preferência para as contribuições relacionadas à proposta temática do Dossiê.

2. Entrevistas

A revista poderá publicar entrevistas realizadas com professores e/ou pesquisadores, teóricos e indivíduos que possam contribuir para discussões sobre temáticas relacionadas à área de seu enfoque temático, com preferência para o tema proposto pelo Dossiê. As contribuições deverão conter na seguinte ordem: 1. título da entrevista (português ou espanhol) e em inglês; 2. data e local da entrevista; 3. identificação do entrevistado, com breve referência de informações biográficas e trajetória profissional; 4. identificação do(s) auto(es), com respectiva (titulação e instituição). O texto deverá concentrar-se entre 30.000 e 60.000 caracteres com espaço, assim como obedecer às especificações gerais de formatação observadas para a publicação de artigos.

3. Documentos

A seção destina-se a publicar transcrições comentadas de fontes documentais com significativa relevância para a temática abordada pelo dossiê. No caso de documentos na íntegra, as contribuições deverão observar os critérios e normativas da diplomática. Em ambos os casos, deverão conter uma apresentação geral da fonte, sua contextualização, possibilidades de uso e de enfoque, sua localização (país, cidade, instituição e fundo arquivístico), estado de conservação e deverão ser acompanhados de 3 a 5 palavras-chave (português ou espanhol) e inglês. Os documentos poderão ser apresentados em (português ou espanhol).

4. Resenhas

As resenhas destinam-se à descrição, ao exame e ao julgamento de obra recente (não mais que 2 anos depois do lançamento da última edição) relacionada à área temática da revista. Deverão ser elaboradas de modo impessoal, contendo posicionamento de ordem técnica diante do objeto de análise, seguido de um resumo do conteúdo e possível demonstração de sua importância. Essas contribuições deverão obedecer às mesmas especificações/orientações para os artigos e situar-se entre 6.000 a 10.000 caracteres com espaço. Os textos deverão conter a referência bibliográfica no início e, em folha precedida ao texto; se for o caso, título no idioma original da resenha (português ou espanhol) e em inglês, nome e dados profissionais (instituição e titulação), bem como endereço eletrônico (e-mail).

